

FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: CIDADES INVISÍVEIS: POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS

RIZZOTTO, Geovana Cristina¹
SONDA, Carolina de Moraes²

RESUMO

Trabalho dedicado ao levantamento dos pilares da arquitetura e também de suas disciplinas em que é feita uma análise de cada matéria do curso de arquitetura e urbanismo. Tal como preparação para o Trabalho de Conclusão de Curso - defesa, foi discorrido sobre a problemática da urbanização das favelas, questionando as opções de melhorias para a qualidade de vida da população e as mudanças efetivas dentro do contexto da comunidade, levando em consideração os métodos necessários para a obtenção de uma favela com condições mínimas para a sobrevivência de seus moradores, com objetivo também de analisar o processo de regularização fundiária. O resultado obtido como resposta à pesquisa deste tema se define como sendo a integração das favelas à cidade formal e os moradores à sociedade urbana, ocasionando a diminuição da pobreza, melhoria da qualidade de vida da comunidade e seu entorno e com a urbanização efetiva será possível o reconhecimento de posse para os ocupantes dessas áreas. Sendo que a importância da urbanização desses espaços informais se demonstra como o direito humano ao mínimo de dignidade e condições decentes, além de esse interesse se estender até a cidade formal, uma vez que podem ser evitadas as doenças que a falta de saneamento e higiene possam acarretar para toda a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização. Favelas urbanizadas. Assentamentos precários.

INVISIBLE CITIES: POLICY DEVELOPMENT OF SLUM

ABSTRACT

Work devoted to the survey of the pillars of the architecture and also of their disciplines in which an analysis is made of each subject of the course of architecture and urbanism. As preparation for the End of Course Work - defense, was discorred on the problems of urbanization of favelas, questioning the options for improvements to the quality of life and effective changes within the context of the community, taking into account the methods required to obtain a slum with minimum standards for the survival of its residents with objective conditions also analyze the process of regularization. The result obtained in response to this research theme is defined as the integration of slums into the formal city and residents of urban society, leading to poverty reduction, improving the quality of life of the community and its surroundings and with the effective urbanization can be recognition of ownership to the occupants of these areas. Since the importance of these informal urban spaces is demonstrated how the human right to a minimum of dignity and decent conditions, and this interest extends to the formal city, since it can be prevented diseases that lack of sanitation and hygiene may result for the whole society

KEYWORDS: Urbanization. Urban slums. Slums.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa se insere na linha de Planejamento Urbano e Regional, devido as favelas serem resultantes da ausência de planejamento urbano apropriado, o mesmo deve preencher as necessidades da população sem excluí-la da sociedade ou cidade. Portanto é de suma importância que a cidade comporte os habitantes, oferecendo moradia honesta e também qualidade de vida.

O grupo em que se insere a pesquisa é Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional.

O tema a ser ponderado advém da ausência de planejamento de uma cidade que não comporta o desenvolvimento populacional que aconteceu, devido ao êxodo rural, havendo intensa migração da população em busca de melhores condições para sobrevivência. Contudo, a decorrência é uma cidade superlotada resultando em uma situação que o processo de urbanização previsto no planejamento não consegue prover a necessidade de todos. Com a falta de opção, esses habitantes buscam áreas com valores menores ou uma área de preservação permanente para se locarem suas moradias, formando assim as favelas, que estão sempre proporções crescentes, a taxa de aumento anual das casas em favelas é de 7,65% em um período e sendo quatro vezes maior que o desenvolvimento anual na área residencial, de 1,89%. Entre 1991 e 2000, o aumento das favelas foi de aproximadamente 22% em todo o território nacional (MARICATO, 2001 p 68).

Pode se afirmar que as favelas geralmente ocupam áreas em que o mercado imobiliário não tem interesse, sendo assim possível afirmar que são vedadas e invisíveis aos olhos da população que reside em áreas privilegiadas. Contudo, as consequências são perceptíveis não somente pela população que habita na favela, mas também em toda a cidade, devido à construção à beira de córregos e rios esse fator é considerável no aumento das inundações das áreas urbanas.

¹ Acadêmico de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz, formando em 2014. Aluno de PICV (Pesquisa de Iniciação Científica Voluntária) do Grupo de Pesquisa Métodos e Técnicas do Planejamento Urbano e Regional, em pesquisa que originou o presente artigo. E.mail: gcrizzotto@gmail.com.

² Professor orientador da presente pesquisa. E.mail: carolina.sonda@paranacidade.org.br

Devido as dimensões das dificuldades e a carência do Governo Federal, não restou opção aos governos municipais, a não ser intervir com programas de urbanização.

O objetivo do trabalho é discorrer sobre os temas e disciplinas do curso de Arquitetura e urbanismo, levando em consideração as aproximações com o tema proposto para o trabalho de curso – defesa. Portanto, o embasamento teórico foi grandiosamente aumentado e com isto, foi preparado as bases para a pesquisa que contempla o próximo semestre. O encaminhamento metodológico para alcançar este objetivo será por meio de pesquisa, segundo LAKATOS, 1987.

2 DESENVOLVIMENTO

O tema proposto envolve as questões das favelas e as condições de vida da população em que nela residem, assim como a urbanização das mesmas. Esse tema serve como base teórica para o futuro trabalho de conclusão de curso, sendo aqui discorrido apenas qual assunto esse trabalho englobará.

Maricato, 2001 descreve o quão preocupante é o crescimento das favelas nas metrópoles de todo o país. O grande crescimento como mostra o IBGE de 1980 e 1991, afirma este fato preocupante, discorre que o aumento da população das favelas é de 70% a mais do que a população urbana.

A marca de ilegalidade e a consequente ausência de direitos e total controle sobre o uso e ocupação do solo é que vão determinar grande parte do estigma que acompanha as áreas ocupadas por favelas. Isso implica uma exclusão ambiental e urbana, isto é, são áreas mal servidas pela infraestrutura e por serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, drenagem, iluminação pública, varrição, transporte, telefonia etc.). Mas a exclusão não se refere apenas ao território; seus moradores são objeto de preconceito e rejeição. Eles têm mais dificuldade de encontrar emprego devido à falta de um endereço formal. Em geral são mais pobres e o número de negros e de mães solteiras é maior do que a média da cidade. O número de moradores por cômodo também é maior, revelando que é mais alto o congestionamento habitacional. Enfim, “a exclusão é um todo”: territorial, ambiental, econômica, racial, cultural etc. O solo ilegal parece constituir a base para uma vida ilegal e esquecida pelos direitos e benefícios urbanos. Não há lei também para a resolução de conflitos. É nesse vazio de regras jurídica e socialmente definidas que novas regras são arbitradas e novas autoridades se instituem. É ali, também, que os moradores estão mais sujeitos à violência, que é medida em número de homicídios (MARICATO,2001).

O termo favela é geralmente utilizado para descrever um amplo espectro de assentamentos habitados por uma população com baixa renda e com condições habitacionais inadequadas. Entretanto, atualmente encontra-se várias definições para o termo favelas, faltando um conceito operacional e resultando em uma dificuldade em mensuração e também identificação das favelas e conseqüentemente projeto para diminuição da carência dos serviços básicos, construções inadequadas sem condições saudáveis para a sobrevivência, sendo também, geralmente em localização perigosa. É necessário antes de qualquer coisa, fazer a distinção do termo favelado para toda a população com baixa renda, incluindo os moradores de rua e de loteamentos populares. Pois mesmo que estes apresentem necessidades de infraestrutura e não sigam os padrões urbanísticos da sociedade a diferença marcante é a segurança jurídica de posse. Já nas favelas não existe essa segurança, pois são posseiros e não proprietários. (FILHO et al,2005)

Segundo a publicação, as favelas são manifestações físicas e espaciais da pobreza urbana e da desigualdade intraurbana, e a sua generalização nos países subdesenvolvidos deve-se ao processo de “urbanização da pobreza”, que é a cada vez maior concentração de pobres nos centros urbanos. Apesar de não se poder afirmar que todos os pobres urbanos habitam as favelas, são nelas que se encontram as piores condições habitacionais e ambientais com altas concentrações de pobreza. O explosivo crescimento das cidades nos países subdesenvolvidos nas últimas décadas (estimulado, dentre outros fatores, por um intenso êxodo rural) levou ao florescimento de novas formas de assentamentos informais e precários, sobrecarregando as autoridades municipais não preparadas e incapazes de atender no curto prazo às demandas dos novos moradores da cidade. Como nem o mercado nem o Estado conseguiram prover moradia para esta mão-de-obra excedente, o crescimento desordenado das favelas e das periferias se deu como consequência imediata. Além disso, houve uma expansão surpreendente do setor de serviços informais, na maioria das vezes única fonte de renda e sobrevivência para os pobres urbanos (FILHO et al, 2005)

A política de intervenção pública em favelas e outros assentamentos irregulares (vilas, conjuntos habitacionais favelizados, loteamentos ilegais) é a regularização dos assentamentos informais, contanto com a participação das comunidades e desdobrando as ações e conseqüentemente as práticas em três dimensões e eixos básicos.

Legalização e titulação fundiária, buscando a garantia da segurança jurídica da posse do terreno (lotes particulares e áreas comunitárias); Urbanização, que consiste no provimento de equipamentos e serviços urbanos básicos, intervenções urbanísticas e obras de recuperação sanitária e ambiental; Desenvolvimento socioeconômico, por meio de projetos sociais, conscientização; qualificação e treinamento, cidadania e mobilização popular (FILHO et al,2005)

Também é considerado como solução a construção de moradias públicas e populares dentro das favelas urbanizadas, para que seja evitado a expulsão dos moradores. Assim como o aumento da permeabilidade do espaço da favela para a policia do Estado, sendo possível o combate ao tráfico de drogas. Para que a regularização resulte em mudanças profundas, tanto estruturais quanto à qualidade de vida devem-se seguir as metas em conjunto das ações. Singularizando os eixos dos objetivos e ações e não articulando-os em um projeto de mudança, a possibilidade de fracasso se torna alta (FILHO et al, 2005).

Os objetivos da regularização de favelas:

Integração sócio espacial das favelas à cidade formal e à sociedade urbana; Redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das comunidades faveladas; Reconhecimento da segurança jurídica da posse para os ocupantes das favelas. (FILHO et al, 2005).

Conforme Alliance descreve são muitos os fatores necessários para que a urbanização seja bem sucedida, entre eles é possível listar a intervenção governamental, a aceitação da comunidade e o senso de parceria entre ambas as partes. Devendo atender uma necessidade real, a urbanização tem que ser compreendida como algo realmente indispensável. Para a continuação desse processo é importante a prioridade e continuidade de investimentos. O tempo que leva para a comunidade ser urbanizada depende da velocidade em que cresce a economia da cidade e suas políticas, existindo diferentes fases de projeto, como a instalação do abastecimento de água ou tubulação de escoamento. Entretanto, em outras favelas podem ser necessários vários para a integração desse assentamento à cidade.

Alliance afirma que viabilidade de remoção da favela é um fator a ser considerado, geralmente a favela se situa em terreno de risco ou uma área instável, portanto um remanejamento pode ser negociado ao longo do prazo. A maioria dos despejos acontece quando as favelas estão situadas em terrenos muito valorizados e o governo passa a terra para incorporadoras ou outros interesses de direito. Para essa população é importante estar situada próxima à cidade, pois é possível encontrar oportunidades de emprego e formar redes sociais e de apoio à sobrevivência.

De acordo com Alliance, a importância da urbanização das favelas se define devido ao direito fundamental do ser humano viver com o mínimo de dignidade e com condições decentes. O interesse na urbanização se estende para o fator de que urbanizar também minimiza o problema de novas formações de assentamentos. O governo perderá autoridade se deixarem as favelas se deteriorarem e serão expostos os moradores a sistemas informais de controles e serviços, tornando-se áreas de criminalidade e doenças, afetando a cidade como um todo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema proposto envolve as questões das favelas e as condições de vida da população em que nela residem, assim como a urbanização das mesmas. Esse artigo serviu como início do estudo da viabilização real da urbanização e regularização das favelas e assentamentos precários.

Atualmente existem inúmeras favelas no Brasil, algumas urbanizadas e com melhores condições de vida e outras sem a mínima condição de abrigar a população. Para o maior entendimento do assunto, ainda há muito que se pesquisar, uma vez que esta pesquisa abriu um leque maior a ser considerado para o trabalho de curso: defesa.

O objetivo ainda se consiste em fazer o comparativo entre favelas urbanizadas e não urbanizadas, tal qual a obtenção dos métodos e resultados obtidos dentro do período de surgimento da favela ou da urbanização.

REFERÊNCIAS

- BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no brasil**. Vol, xxix 1994.
- BUENO, L.M.M. **O que é favela afinal?** Seminário do observatório das favelas. 2003
- ESPINOSA, Marcos Eduardo, **Direito a Moradia e Ministério das Cidades: A Política de Subsídio a Habitação de Interesse Popular (PSH)**, Dissertação para Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.
- FARAH, M. **Estado, Previdência e Habitação**. Dissertação de mestrado defendida na FFLCHUSP, SP 1984.
- LAMAS, José Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000
- MARICATO, E. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2001.
- FILHO et al. **A urbanização da pobreza e regularização de favelas em Belo Horizonte**. Belo horizonte, 2005.